

ABR  JI

MONITORAMENTO DE ATAQUES A JORNALISTAS NO BRASIL

RELATÓRIO 2021



Créditos

EQUIPE:

Assistente de projeto: **Rafaela Sindferski**

Assistente jurídica: **Leticia Kleim**

Designer: **Tiffany Magaldi**

Revisão: **Cristina Zahar**

Secretária-executiva: **Cristina Zahar**

Presidente da Abraji: **Natalia Mazotte**

Foto de capa: **Michele Guimarães/Pexels**

SITE:

abraji.org.br

REALIZAÇÃO:

ABR  JI

Sumário

executivo

Este relatório do “**Monitoramento de ataques à imprensa no Brasil**” traz dados e análises gerais sobre episódios de violência contra jornalistas, comunicadores e meios de comunicação, registrados pela **Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)** ao longo de 2021. A **Abraji** monitora ataques contra a imprensa desde 2013, mas é a primeira vez que formaliza os dados do levantamento em um relatório próprio. O trabalho de monitoramento já foi documentado em duas edições consecutivas do Relatório Sombra, publicação anual da rede Voces Del Sur (VDS) que agrega 14 países da América Latina e Caribe, registrando seus avanços em direção ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16.10.1 da Agenda 2030 da ONU.

O panorama geral aqui apresentado está focado nas especificidades do contexto brasileiro, além de trazer uma visão sistemática sobre a violação de direitos no país. Os dados e relatos registrados revelam um cenário preocupante que precisa de atenção das autoridades políticas, dos meios de comunicação e da sociedade brasileira como um todo.

A metodologia utilizada se baseia na matriz comum desenvolvida pela rede VDS, dividindo os alertas em 12 indicadores de tipos de agressões que podem ocorrer independentemente ou de maneira conjunta e dentro ou fora da internet. Além disso, foram coletadas informações sobre a vítima, o trabalho que desempenha, seu local de atuação, gênero e faixa etária, e dados sobre o agressor, como seu nome e classificação com base na ocupação. Neste ano, foram aplicadas duas novas categorias transversais: uma relacionada aos ataques de gênero e outra que identificou se os casos, que são todos públicos, ocorreram ou tiveram repercussão nas redes sociais.

Os dados do monitoramento apontam que em

2021 houve um total de **453 ataques vitimando jornalistas, meios de comunicação ou a imprensa em geral**. Em 69% dos casos, a agressão foi provocada por um agente estatal. O presidente Jair Bolsonaro (PL), sozinho, atacou a imprensa 89 vezes no último ano, o que representa 19,6% dos ataques. Se somado aos ataques de seus ministros de Estado, políticos aliados, assessores e apoiadores, o número chega a 271 – 60% dos casos totais registrados no ano.

O patamar de alertas alcançado neste ano apresentou um aumento considerável: foram 86 casos a mais em 2021, em comparação com 2020. A pandemia de covid-19, que se estendeu por mais um ano no país, foi responsável por manter a situação de insegurança e risco na atividade jornalística. Um dos picos de registros de ataques foram os meses em que a CPI da Pandemia esteve mais movimentada e ganhando atenção da imprensa. Manifestações contra medidas de contenção da pandemia e mobilizações políticas que atentaram contra os princípios democráticos ao longo do ano também acirraram, no contexto nacional, a violência contra jornalistas e fotojornalistas, principalmente.

Os discursos estigmatizantes seguem como a principal forma de ataque, frequentemente iniciados por agentes políticos e perpetrados por internautas. Os dados deste relatório mostram o potencial das redes sociais como ferramentas de agressão, já que 62,5% do total de alertas teve origem ou repercussão na internet. No entanto, a fronteira entre a violência on-line e off-line está cada vez mais indefinida. No interior do país, cidades menores e regiões com menor visibilidade nacional vivem uma tendência de agressões e ameaças mais graves, com formas diretas de violência aplicadas para silenciar o trabalho de comunicadores e jornalistas.

A cobertura política é uma das que mais geram ataques, especialmente no caso de violência de

gênero ou contra jornalistas mulheres. Esse é um dos principais pontos de preocupação para 2022, ano de eleições presidenciais no país.

A partir dos resultados obtidos com o monitoramento e das tendências analisadas, recomenda-se principalmente que:

- O poder público elabore novas políticas de proteção aos jornalistas e fortaleça as já existentes, como o Programa de Proteção para Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), apoiando, especialmente, o trabalho de profissionais locais que sofrem com ameaças e fortes pressões de agentes em postos de poder;
- As plataformas de redes sociais invistam em processos de identificação e controle de conteúdos agressivos, além de revisar

continuamente suas políticas e algoritmos de moderação para acompanhar a constante evolução da violência on-line;

- Os meios de comunicação apoiem seus profissionais, contratados ou freelancers, em situações de ataque, oferecendo medidas de proteção e suporte, como treinamentos sobre segurança digital e orientação jurídica. Também é essencial que acolham e incentivem denúncias. Ações como essas são importantes para preservar a integridade dos jornalistas e evitar a autocensura no dia a dia do trabalho;
- Os jornalistas usem ferramentas de trabalho seguras e encriptadas, separem contas pessoais e profissionais, apaguem informações pessoais em sites e denunciem os ataques às autoridades e às organizações em que trabalham.

Sumário

7 **Introdução**

8 **Metodologia**

10 **Resultados**

- 10 Série histórica
- 10 Conjuntura política
- 12 Distribuição geográfica
- 13 Tipos de agressões
- 15 Ataques on-line
- 17 Ataques de gênero
- 19 Agressores
- 20 Alvos

22 **Casos emblemáticos**

- 22 Agressões físicas no contexto de manifestações
- 22 Ataques feitos por Jair Bolsonaro
- 23 Agressões físicas e atentados
- 24 Ameaças
- 25 Processos judiciais

26 **Conclusões e recomendações**

Principais achados do relatório

Em 2021 foram registrados **453 alertas de violações da liberdade de imprensa no país**, um aumento de 23,4% em relação a 2020.

- **469** agressões diferentes contra jornalistas e meios de comunicação
- **74,6%** dos casos envolveram discursos estigmatizantes
- **78,7%** de aumento nos casos que vitimaram mulheres
- **62,5%** dos ataques ocorreram no ambiente virtual
- **69%** dos casos envolveram autoridades estatais como agressores
- **19,6%** dos ataques foram causados pelo presidente Bolsonaro
- **59,8%** dos ataques estão relacionados ao presidente Bolsonaro
- **88** cidades diferentes foram palco de ataques
- **255** alvos de ataques entre jornalistas e meios de comunicação

Introdução

A **Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)** acompanha e monitora, desde 2013, as agressões sofridas por jornalistas e os ataques contra meios de comunicação em sua função de informar a sociedade, inclusive manifestando-se publicamente em repúdio a esses ataques. Em 2019, a **Abraji** passou a integrar a rede **Voces Del Sur (VDS)**, que hoje reúne 14 organizações da sociedade civil em diferentes países da América Latina e Caribe, movidas por um esforço comum de monitorar a situação da liberdade de imprensa na região. De lá para cá, quando o monitoramento se tornou sistemático, com uma metodologia única desenvolvida pela rede, os números só têm aumentado, comprovando que a liberdade de imprensa no país se encontra em uma situação de risco.

A série histórica do monitoramento revela, desde sua primeira edição, uma linha crescente de ataques contra jornalistas no país. De 2019 para 2020, houve um aumento nos casos de 182,3%; de 2020 para 2021, esse aumento foi de 23,4%. Embora não tenha sido registrado nenhum assassinato de jornalista em decorrência da profissão no último ano, a violência que atinge esses profissionais se expressa de diversas outras maneiras, como por meio de discursos estigmatizantes, agressões físicas e ameaças, destruição de equipamentos e atentados contra sedes de empresas e organizações de imprensa, restrições de acesso à informação, uso abusivo do poder estatal, restrições na internet e processos judiciais cíveis ou penais.

A perspectiva geográfica dos ataques também é preocupante. Embora o Brasil tenha a maior população da América Latina e, por isso, apresente uma maior quantidade de profissionais da imprensa, o patamar alcançado nos registros de ataques a jornalistas coloca o país entre os mais inseguros para o exercício da profissão na América Latina. No [site com dados do relatório de 2020](#), é possível consultar o índice regional desenvolvido pelo VDS, que

possibilita uma comparação entre países. Na dimensão cultural do índice, o Brasil ocupa a quarta colocação, significando que pontua alto na análise de indicadores indiretos que sustentam a violência estrutural em seu território, como atitudes, normas e valores.

O objetivo deste relatório é registrar de maneira sistemática a violência contra jornalistas no Brasil. Para isso, são apresentados números e relatos de casos, a fim de compreender de que forma o livre exercício do jornalismo está sendo ameaçado no país e, assim, indicar como tais violações devem ser combatidas. A importância de um monitoramento como este reside na capacidade de produzir análises mais amplas e garantir que se façam generalizações seguras, respaldadas por uma metodologia bem estruturada, que possibilita tais reflexões. Apesar disso, é de se considerar que muitos casos de ataques contra jornalistas podem não ter chegado ao conhecimento do monitoramento, especialmente se eles aconteceram em cidades do interior do país. As dimensões continentais do Brasil aumentam os desafios de um trabalho como este. Espera-se que os resultados compilados aqui encorajem jornalistas e comunicadores a denunciar as agressões vividas devido à profissão e que, com isso, a violência não seja normalizada.

A relação intrínseca entre a proteção da liberdade de imprensa e a defesa da democracia fica ainda mais aguçada diante do panorama geral trazido por este estudo. Os dados evidenciam um esforço, feito por atores estatais, de enfraquecer o trabalho jornalístico no Brasil, disseminando, por exemplo, discursos anti-mídia e perseguindo sistematicamente jornalistas. Esse movimento pode ter um impacto mais amplo no país, fragilizando também suas bases e instituições democráticas. Este estudo se encerra com uma reflexão sobre as principais tendências observadas no monitoramento e recomendações aos diversos atores envolvidos nesse cenário.

Metodologia

O monitoramento de ataques a jornalistas é feito pela **Abraji** em parceria com a rede **Voces Del Sur**¹, dedicada à defesa do acesso à informação e da liberdade de expressão e de imprensa. A rede realiza o monitoramento como forma de acompanhar as respostas dos países à meta 16.10.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

¹Além da publicação deste relatório produzido pela equipe da Abraji, os dados coletados são processados pela rede Voces Del Sur, assim como o produto do monitoramento de outras organizações, a fim de compor o Relatório Sombra regional publicado anualmente. Em razão de ajustes metodológicos para o processamento unificado dos dados de cada país, pode haver diferenças entre os números divulgados pela Abraji e pela rede.

As agressões monitoradas são definidas como ações específicas que podem ser físicas, verbais, administrativas ou condutas hostis/destrutivas, cuja finalidade seja provocar dano ou limitar direitos, como a liberdade de imprensa, de expressão ou o acesso à informação. Os ataques contra jornalistas, comunicadores ou organizações e empresas de mídia são registrados como alertas, que representam um caso ou situação em que o profissional ou a empresa sofreu alguma forma de violação à liberdade de imprensa.

Para a coleta de informações, foram desenvolvidos 12 indicadores de violência a partir das recomendações da ONU para o ODS 16.10.1.



A metadata indica seis categorias, sendo elas: assassinatos, tortura, desaparecimento forçado, detenção arbitrária, sequestro e outros atos lesivos. Esses parâmetros foram aprofundados, a fim de recolher dados mais precisos e fidedignos com a realidade de cada país, chegando-se na seguinte relação de indicadores para a metodologia regional:

12 indicadores de violência

Assassinatos

Tortura

Desaparecimento forçado

Detenção arbitrária

Sequestro

Agressões e ataques

Uso abusivo do poder estatal

Processos judiciais civis e penais

Marcos jurídicos contrários aos parâmetros internacionais

Restrições de acesso à informação

Discursos estigmatizantes

Restrições na internet

Em um só alerta podem ser observados um ou mais tipos de agressão dentre as 12 categorias listadas. Além disso, outros aspectos dos alertas são registrados, como as informações sobre o ocorrido – data, localização², links e descrição –, sobre a vítima e os agressores. Também há registros de categorias transversais, que englobam os ataques no meio digital e os ataques de gênero.

O monitoramento tem como objetivo principal obter informações sobre a situação da liberdade de imprensa no Brasil. Por isso, são consideradas vítimas todos aqueles que sofreram, individual ou coletivamente, algum tipo de violação a esses direitos fundamentais, por exemplo: repórteres e analistas, fotojornalistas, trabalhadores de veículos, comunicadores e produtores de conteúdo jornalístico e alvos como organizações e empresas de imprensa. Além do nome da vítima e de sua classificação, feita de acordo com o trabalho que realiza, são registrados gênero, faixa etária e veículo para o qual trabalha, se houver.

Os agressores, por outro lado, são sujeitos e/ou instituições que atacam a fim de limitar ou obstruir a livre manifestação do pensamento e do direito de informar dos jornalistas e meios de comunicação. Esse impedimento pode ocorrer com uso intencional de força física, ameaças, intimidações, abuso de poder e outras maneiras que se encaixem nas categorizações de ataques. Os autores de agressões foram classificados como estatais, para-estatais, não estatais, grupos à margem da lei ou não identificados.

Por fim, as categorias transversais existem para monitorar aspectos dos ataques que podem acompanhar diversos tipos de agressão, como, por exemplo, os ataques que ocorrem no meio digital, tendo origem ou repercussão nas redes sociais. Ou, ainda, os ataques de gênero, em que a identidade de gênero, sexualidade, orientação sexual ou qualquer outro aspecto relacionado a essas questões são utilizados para atingir a vítima.

² No caso dos ataques on-line, ou quando não foi possível precisar o local dos ataques, a equipe procurou registrar os casos a partir do endereço da vítima ou do principal endereço do veículo para o qual ela trabalha.

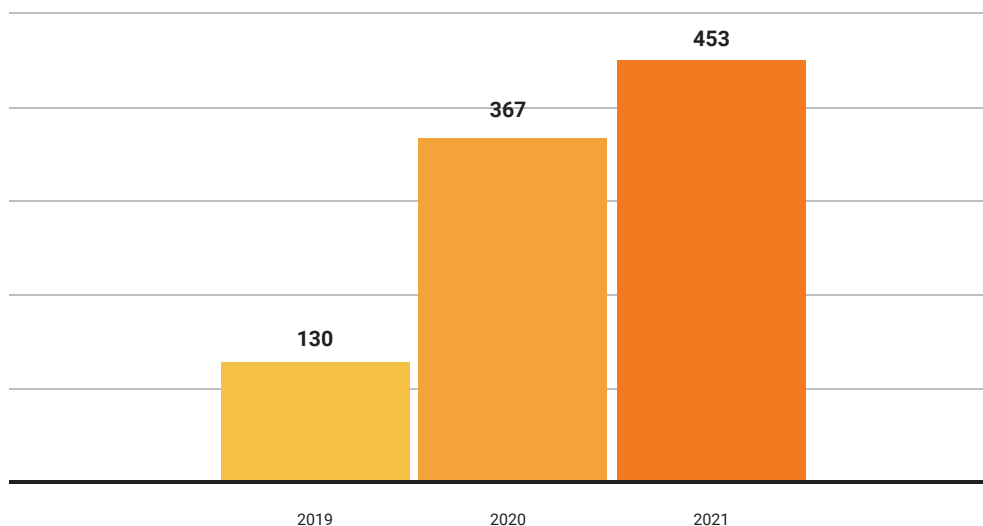
Resultados

SÉRIE HISTÓRICA

A série histórica do monitoramento feito pela Abraji, seguindo a metodologia comum, tem início em 2019, quando foram registrados 130 ataques a jornalistas no Brasil. No ano seguinte, esse número sofreu um aumento de 182,3%, alcançando o patamar de 367 alertas em 2020. Apesar de não seguir a mesma proporção de crescimento, há uma piora significativa na situação da liberdade de imprensa no Brasil de 2020 para 2021. Foram registrados, no último ano, 453 alertas de violações nos diversos indicadores estabelecidos, marcando um aumento de 23,4%.

Desde o início de seu governo, o presidente Jair Bolsonaro elegeu a imprensa como um dos seus principais inimigos. Seus esforços em minar a credibilidade de jornalistas e meios de comunicação podem ser vistos nos números crescentes. Somado a esse cenário, há o acirramento das discussões políticas que emergiram da pandemia de covid-19, tornando o ambiente ainda mais hostil para a imprensa.

Série histórica



CONJUNTURA POLÍTICA

Os meses de maio e setembro de 2021 se destacaram como momentos de pico nos registros de alertas. Não à toa: em maio, estiveram em alta as discussões a respeito da CPI da Pandemia e, em setembro, ocorreram as manifestações antidemocráticas organizadas por apoiadores do governo federal. Esses mo-

mentos de maior efervescência na conjuntura política acentuaram a perseguição e os ataques contra a imprensa – justamente quando ela se fez mais necessária para levar ao conhecimento da sociedade fatos de grande interesse público.

Durante o mês de maio, destacaram-se os registros de discursos estigmatizantes, sobretudo aqueles protagonizados por autoridades públicas com o intuito de desacreditar a imprensa e desacreditar o trabalho jornalístico. Foram 49 ataques do tipo, representando 14,5% do total de discursos estigmatizantes registrados – a maior média mensal da categoria. Em lives transmitidas em seu canal do YouTube, o presidente Bolsonaro por diversas vezes discursou sobre “a péssima qualidade da imprensa”, além de usar termos como “canalha”, “sem vergonha” e “lixo” e chamar jornalistas de “idiotas”.

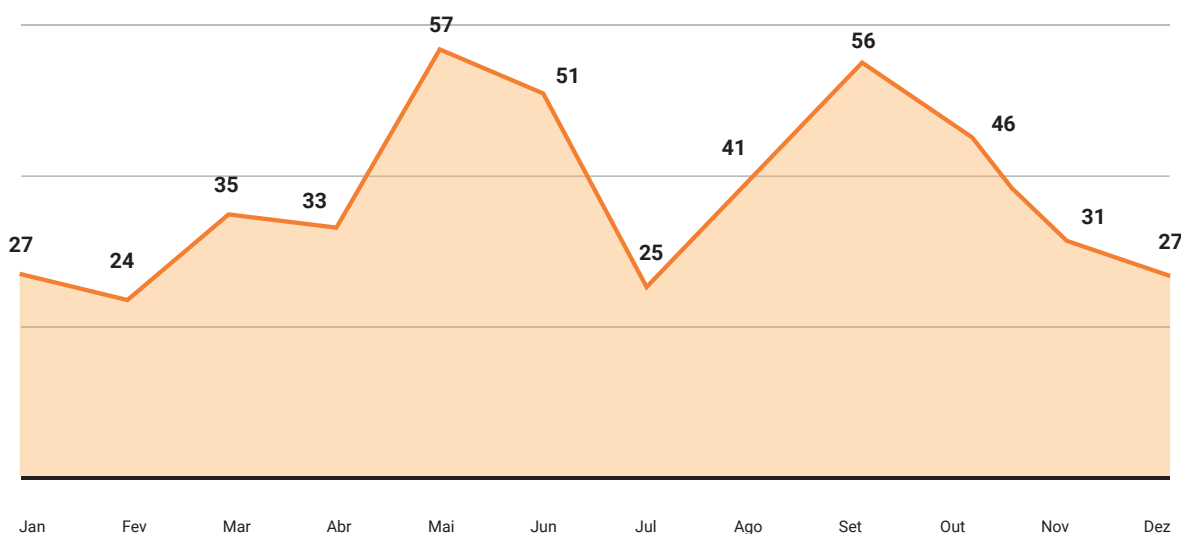
A CPI da Pandemia foi instaurada no dia 27 de abril de 2021 e se encerrou, com o prazo final prorrogado, em 5 de novembro. A investigação e apuração das políticas públicas do governo federal para o enfrentamento da Covid-19 mobilizaram a imprensa, ao passo que o presidente e seus aliados adotaram a estratégia de perseguir e silenciar o mensageiro.

Dentre os ataques contra jornalistas produzidos no contexto da CPI, destacou-se o caso

do jornalista Rodrigo Menegat que foi acusado – sem qualquer fundamento – pela secretária de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, de ter realizado “extração indevida” e divulgação do código-fonte do aplicativo TrateCov, desenvolvido pelo Ministério da Saúde. A secretária também afirmou que o jornalista chegou a ser investigado pelo poder público, apenas por ter realizado seu trabalho, consultando o código que estava disponível a qualquer usuário.

O segundo mês com mais ataques foi setembro, contabilizando 56 alertas. No período, também foi registrado o dia com mais casos de violência: somente no feriado de 7 de setembro foram contabilizadas 9 agressões diferentes. Destacaram-se os ataques físicos, com 17 ao longo do mês. Seis equipes de imprensa foram atacadas no contexto das manifestações do Dia da Independência. Em ocasiões assim, xingamentos e atitudes hostis escalam facilmente para ameaças e tentativas de agressões físicas, arremesso de objetos contra repórteres e destruição de equipamentos de trabalho.

Ataques por mês em 2021

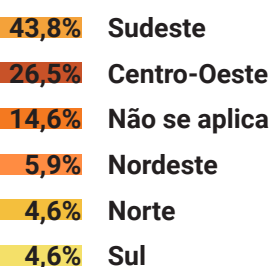
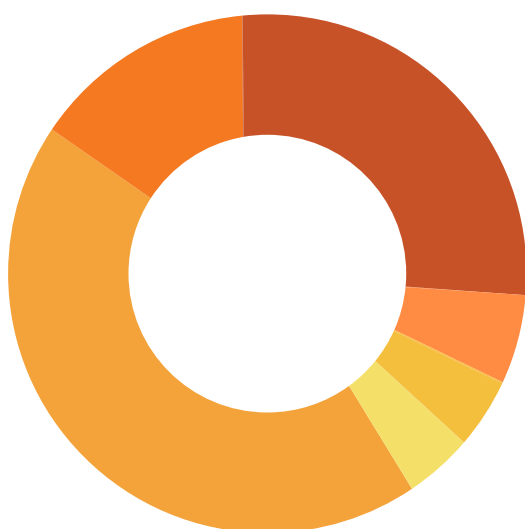


DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

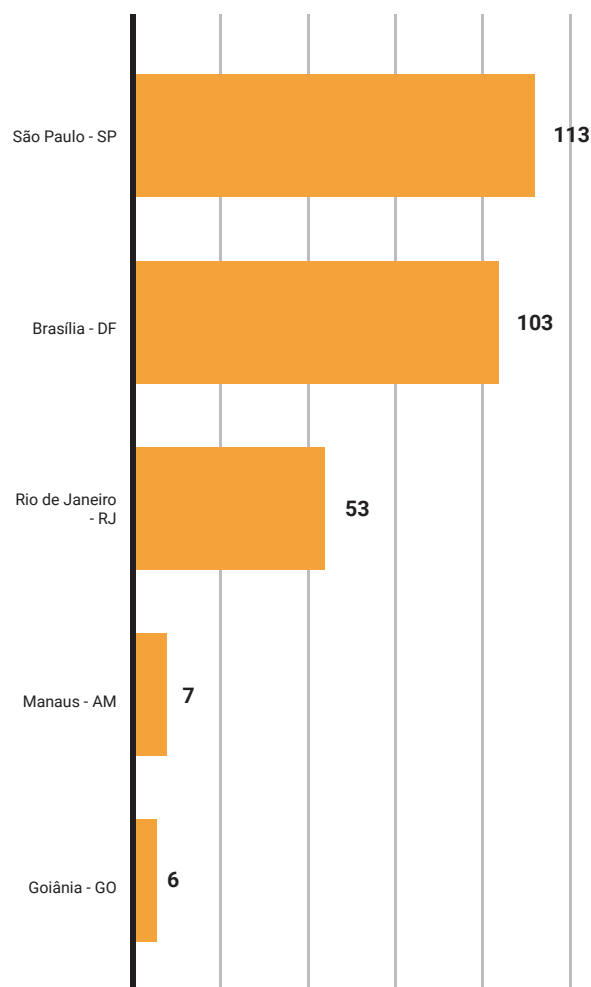
Os ataques em 2021 se concentraram em duas principais regiões: Sudeste, com 200 casos, representando 43,8% do total de alertas, e Centro-Oeste, onde ocorreram 121 violações da liberdade de imprensa – 26,5% dos casos.

No Sudeste, a cidade de São Paulo dispara como o local com mais registros (113 ataques), seguida pelo Rio de Janeiro (53). Esse dado é bastante influenciado pela concentração de jornalistas e veículos de comunicação nessas duas cidades, de modo que os ataques sofridos por esses profissionais e organizações são mais noticiados. Além disso, a metodologia do monitoramento alcança com maior facilidade agressões sofridas por vítimas com grande projeção nacional, ao passo que é provável que não tenham sido captados e registrados episódios ocorridos em cidades menores, distantes das grandes metrópoles nacionais.

Ataques por região



Cidades com mais ataques



Em segundo lugar, há a região Centro-Oeste e a cidade de Brasília, onde foram contabilizados 103 ataques contra a imprensa. Uma possível justificativa para isso se dá porque, enquanto capital nacional, a cidade comporta a sede do governo e do Poder Legislativo federal, compostos por agentes que foram os principais protagonistas das violações.

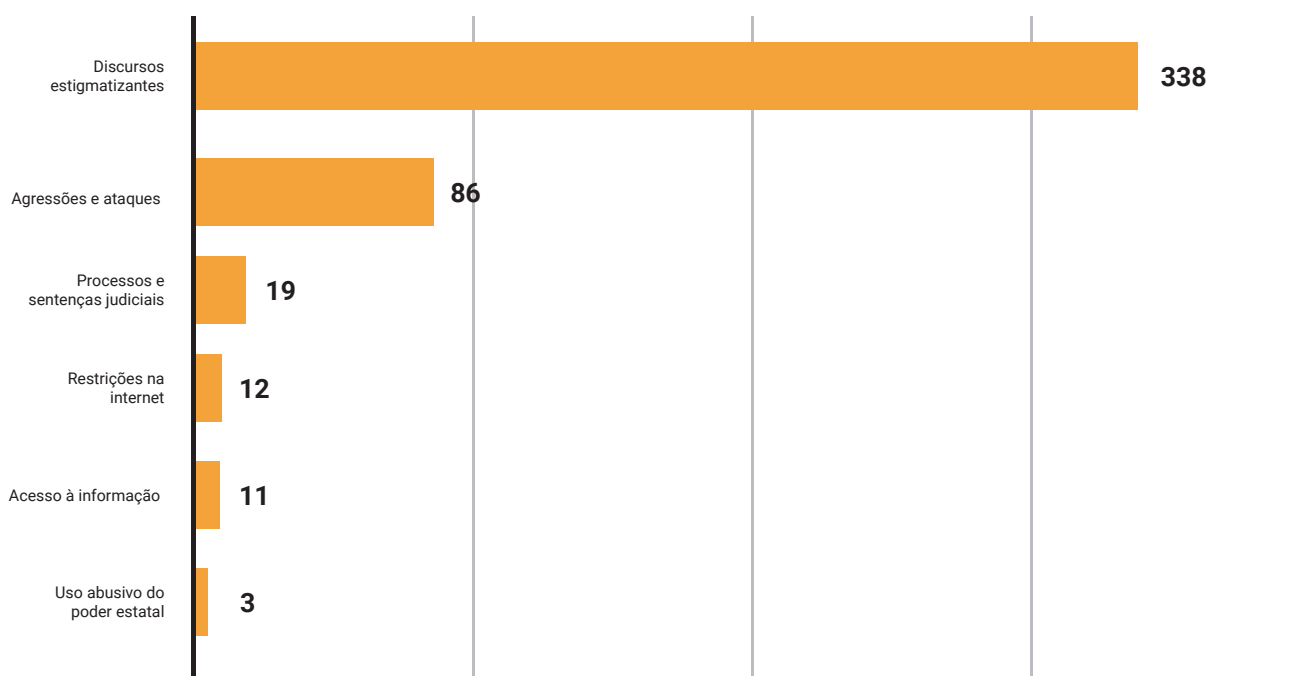
Foram registrados como “NA” (não se aplica) os ataques ocorridos fora do país que envolveram agressores e vítimas brasileiros ou ataques ocorridos na internet contra a imprensa em geral. Os demais ataques on-line foram registrados pela localidade das vítimas ou pela sede principal dos veículos em que trabalham.

TIPOS DE AGRESSÕES

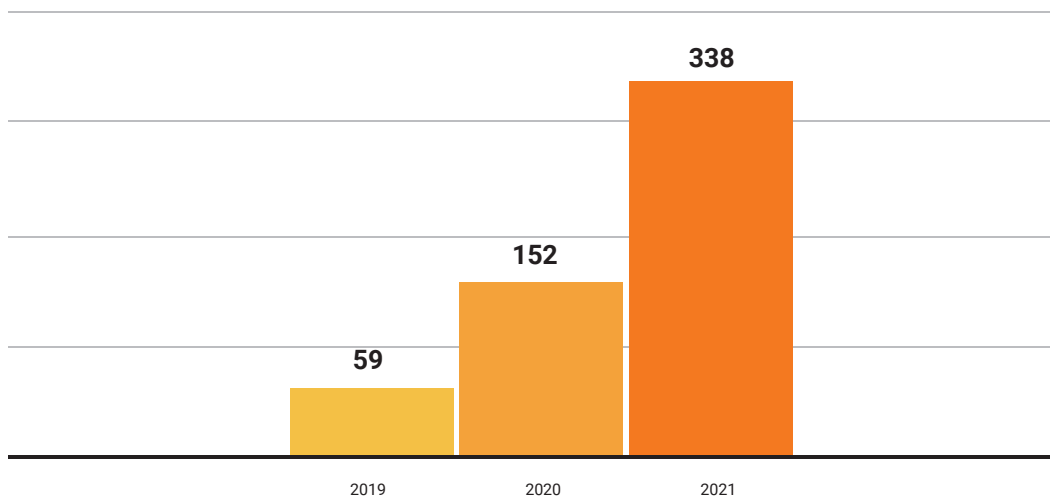
Os discursos estigmatizantes continuam sendo a principal forma de atacar a imprensa no Brasil, com 338 casos registrados ao longo de 2021. Eles são definidos como ataques verbais tornados públicos com o intuito de desacreditar e desacreditar o trabalho da imprensa e podem ocorrer por discursos de autoridades, mas também por campanhas sistemáticas de desacreditação e narrativas que criminalizam a atividade jornalística. Ainda assim, agentes estatais estiveram envolvidos em 84,3% (285) dos casos registrados nesse tipo de agressão.

Além de se manter como a principal forma de agressão registrada no Brasil ao longo da série histórica, os números de alertas para essa violação têm aumentado nos últimos anos, sendo um dos principais responsáveis pelo aumento geral de alertas no país. De 2019 para 2020, houve um crescimento de 157%, seguido por um aumento de 122% entre 2020 e 2021. Também cresceu a porcentagem de ataques totais que os discursos estigmatizantes representam. Se em 2020 eles foram 41% dos ataques totais, em 2021 saltaram para 74% dos casos.

Tipos de agressões por número de alertas



Discursos estigmatizantes ao longo dos anos

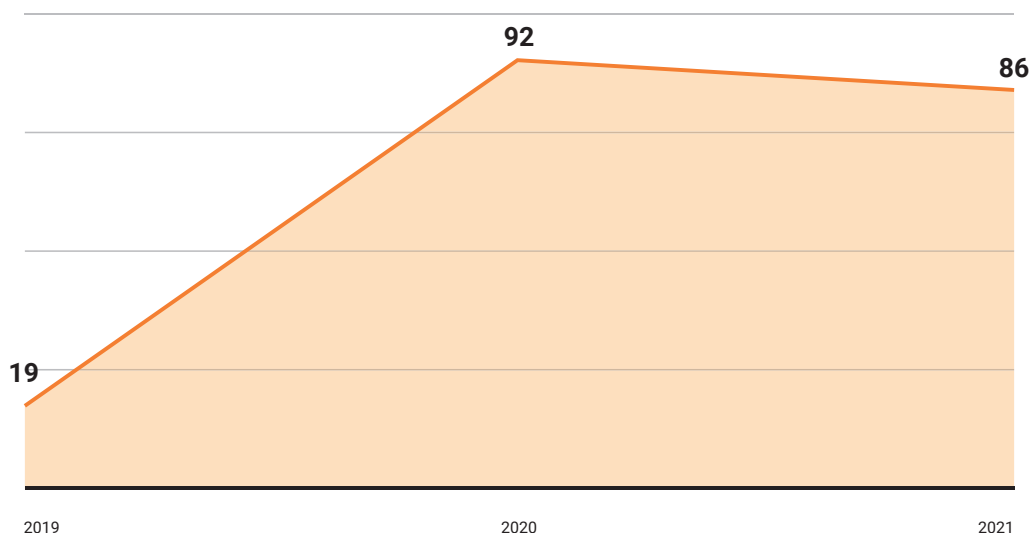


Esse quadro é resultado de um aumento no número dos discursos estigmatizantes, mas também reflete um ajuste metodológico que impactou o registro dos dados. Em 2020, foram registrados na categoria apenas discursos de autoridades, e quando uma autoridade pública ou qualquer outro ator relevante utilizava as redes sociais para perseguir ou atacar um jornalista, isso era registrado como “restrições na internet”. Entretanto, por orientação da rede **Voces Del Sur**, passaram a ser considerados como restrições na internet somente os casos em que há o uso da tecnologia para restringir a participação on-line ou o acesso à informação, por exemplo, em ataques de negação de serviço, hackeamentos, entre outros.

Dessa forma, os ataques verbais contra jornalistas nas redes sociais, assim como as campanhas sistemáticas de perseguição, passaram a integrar o total dos discursos estigmatizantes, podendo ser combinados com restrições na internet se verificado algum uso da tecnologia com a finalidade descrita anteriormente. Isso justifica também a queda nos registros de restrições na internet, que passaram de 72 para 12 em 2021.

Já os casos de “agressões e ataques”, que envolvem agressões físicas, destruição de equipamentos, ameaças e hostilizações, apresentaram uma ligeira diminuição no último ano, permanecendo, entretanto, em um patamar preocupante.

Agressões e ataques ao longo dos anos



Essa leve queda também ocorreu em outras categorias, como os processos judiciais, que passaram de 25 para 19 casos, as restrições de acesso à informação, que foram de 12 para 11, e o uso abusivo do poder estatal, que chegou a

10 casos em 2020, mas apresentou 3 em 2021. Não foram registrados casos de detenções arbitrárias e novos marcos legais contra os parâmetros internacionais, tampouco de assassinatos de jornalistas em decorrência da profissão.

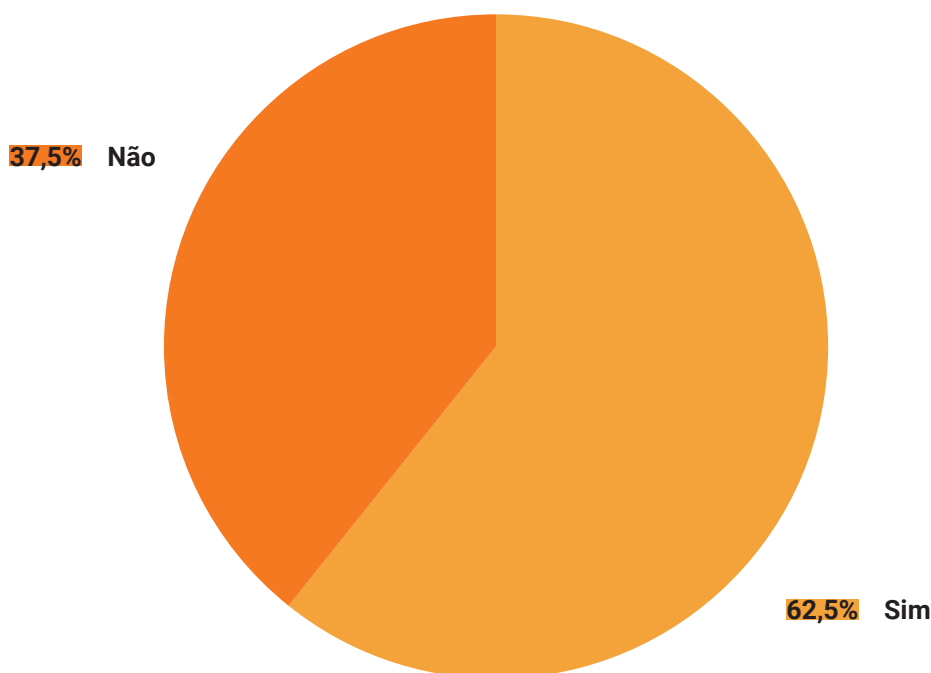
ATAQUES ON-LINE

Além de classificar os ataques a partir dos tipos de agressão, o monitoramento registrou se um ataque teve ou não origem ou repercussão no meio digital. A partir dessa classificação, 283 casos ocorreram na internet, em especial nas redes sociais, representando 62,5% do total, enquanto que 170 ataques não tiveram relação com o ambiente on-line – os 37,5% restantes.

Com o monitoramento, foi possível identificar que os casos que ocorreram no meio digital

envolveram discursos estigmatizantes, restrições na internet e agressões e ataques. Esses episódios abrangem lives e discursos do presidente atacando a credibilidade da imprensa como um todo, mas também incluem ataques diretos a alguns jornalistas, assumindo proporções ainda mais graves. Os dados permitem concluir que as redes sociais se tornaram ferramentas para a violência, amplificando as agressões em um curto espaço de tempo e provocando casos de ameaças e perseguições massivas pela internet.

Relação dos ataques com o meio digital



Dois casos do tipo foram destacados pela **Abraji** ao longo do ano: um contra jornalistas da **Mídia Caetê** e outro contra profissionais do **Matinal**. Em ambas as situações, as redes sociais foram o instrumento utilizado para divulgar dados pessoais dos jornalistas, em uma prática conhecida como doxing. A partir dessa primeira agressão, diversos internautas se somaram aos ataques com comentários ofensivos, xingamentos e até ameaças.

Em agosto de 2021, o jornalista Marcel Leite, do veículo independente Mídia Caeté, de Alagoas, teve suas redes sociais e fotos pessoais expostas no Twitter e no Instagram pelo médico Marcos Falcão. A causa do ataque foi uma reportagem que expôs como o profissional da saúde oferecia, em seus perfis na internet, laudos para que pacientes com doenças autoimune “evitassem a vacinação obrigatória” contra a Covid-19. O repórter foi vítima de quase 100

comentários hostis e homofóbicos, mostrando que não é incomum surgir, no bojo das agressões, ataques de gênero, que serão melhor comentados a seguir.

Nesse mesmo mês, o jornalista Pedro Nakamura, do jornal digital Matinal, sofreu assédio virtual de um médico nas redes sociais, também em razão de uma reportagem assinada por ele. Além disso, o próprio Matinal sofreu um ataque de negação de serviço (DDoS). Na época, Nakamura tentou contato com os médicos responsáveis pelo Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre, guiado por indícios de que a instituição realizava estudos clínicos sem supervisão de comitês de ética, com uso de medicamentos importados sem autorização da Anvisa. Um desses profissionais, em vez de responder ao jornalista, passou a expor as conversas na internet, mobilizando seguidores em ataques ofensivos e ameaças.



ATAQUES DE GÊNERO

Dos 453 alertas registrados, 45 (9,9%) foram classificados como ataques de gênero, isto é, apresentaram elementos ligados à sexualidade, orientação sexual ou identidade de gênero como recurso para agredir as vítimas, fossem homens ou mulheres, cis ou transgêneras, pessoas não-binárias ou meios de comunicação focados em pautas de gênero.

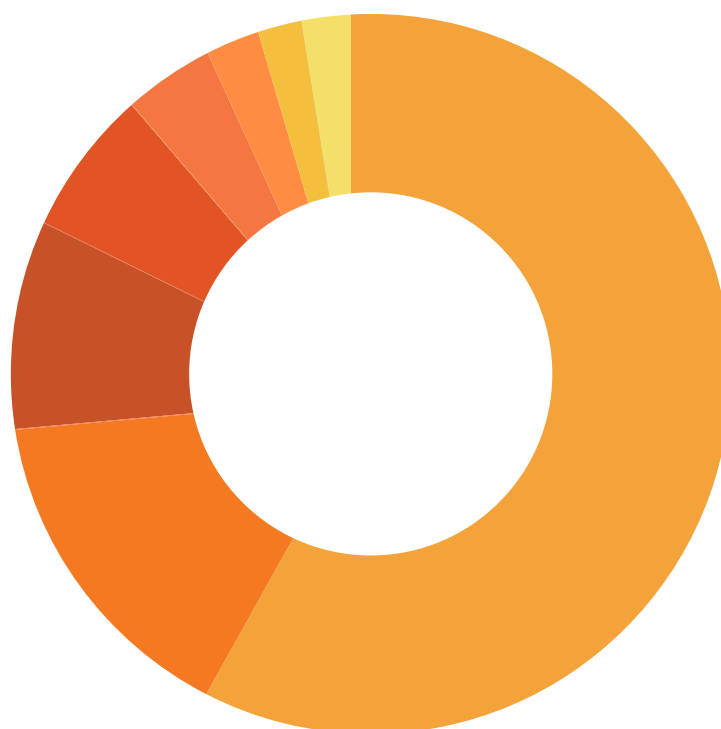
Entre os alvos desses ataques, em 35 (77,7%) casos foram mulheres, em 8 (17,7%) foram homens, vítimas de ataques homofóbicos, e em dois (4,4%) foram veículos midiáticos atacados por suas coberturas de perspectiva feminista. A maior parte das vítimas mulheres teve sua moral e reputação postas em xeque durante as agressões, o que significa que foram ofendidas e humilhadas por questões conectadas a seu gênero e sua sexualidade e, por esses elementos, descreditadas enquanto profissionais. Algumas foram alvos de violência física e de outras formas de opressão e censura, como hackeamento e ataques de negação de serviço na internet.

Um caso, registrado em 2 de novembro, foi identificado como um episódio de transfobia. A jornalista **Alana Rocha**, do interior da Bahia, foi perseguida, insultada, ameaçada e teve sua identidade de gênero questionada por um funcionário da prefeitura de seu município, Riachão do Jacuípe. As agressões foram motivadas pelos comentários políticos tecidos pela profissional em uma estação local de rádio. Na época, Alana registrou nas redes sociais os impactos da violência sobre sua vida pessoal.

A situação vivida por Alana Rocha revela um padrão encontrado entre os ataques de gênero contra profissionais da imprensa: 57,7% deles estão conectados à cobertura sobre política. Esporte (8,8%) e segurança pública (6,6%) também estão entre os temas que suscitam mais ataques. Em setembro de 2021, por exemplo, uma jornalista do Grupo Globo foi **apedrejada e chamada de “puta”** por torcedores durante a cobertura da seleção brasileira de futebol em Recife (PE).

Coberturas relacionadas aos ataques

57,7%	Política
15,5%	Não se aplica
8,8%	Esporte
6,6%	Segurança pública
4,4%	Sociedade
2,2%	Saúde
2,2%	Mobilidade
2,2%	Datas especiais

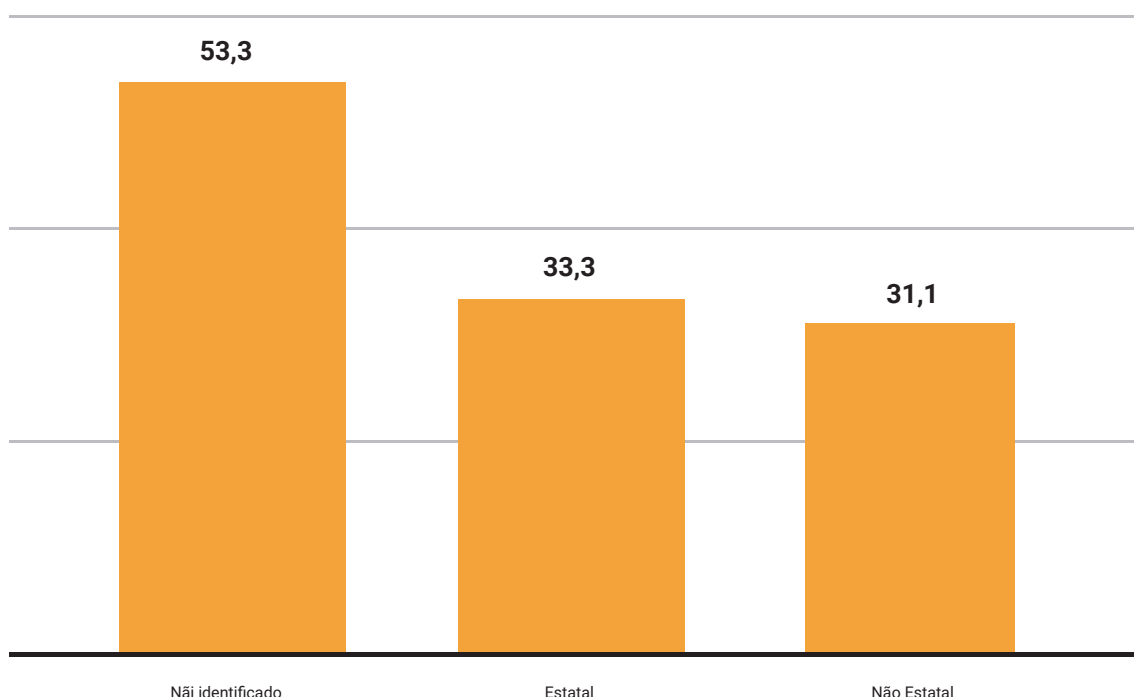


Os agentes estatais foram os principais autores identificáveis dos ataques de gênero, envolvidos em 33,3% (15) dessas agressões. Do total desses episódios, 22 (48,9%) tiveram o envolvimento de internautas, categorizados como atores não identificáveis, e 34 (75,5%) ocorreram na internet. Os discursos estigmatizantes foram o tipo de agressão de gênero mais comum: 84,4% (38) dos 45 casos entraram nessa classificação.

Em algumas situações, figuras públicas, frequentemente relacionadas ao cenário político brasileiro, publicaram insultos e provocações on-line e incitaram ataques massivos contra

jornalistas e comunicadores. Isso aconteceu, por exemplo, em 8 de maio, quando o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), o deputado federal Carlos Jordy (PSL-RJ), o presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, e o pastor pentecostal Silas Malafaia atacaram a jornalista da CNN [Daniela Lima](#) no Twitter, por comentário feito ao vivo sobre uma operação policial que deixou 28 mortos no Rio de Janeiro. Usuários da rede social se uniram a esses atores para ofender e ameaçar a profissional. Mais informações sobre a [violência de gênero contra jornalistas](#) no Brasil podem ser encontradas no [relatório lançado pela Abraji](#), com os dados de ataques ocorridos ao longo de 2021.

Tipos de agressores dos ataques de gênero (%)



AGRESSORES

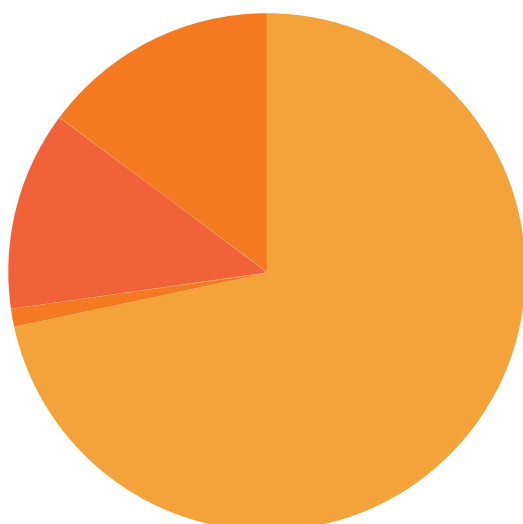
Dentre os agressores, os atores estatais dispararam como a principal categoria em 2021, com 343 casos. O grupo inclui políticos, membros do Judiciário e instituições, órgãos e funcionários públicos. Há também a categoria de agressores paraestatais, que envolve empresas e indivíduos que prestam serviços públicos, colaborando com o Estado em atos econômicos, sociais e políticos. Esse grupo esteve relacionado a dois casos ao longo do ano.

Também foram registrados 72 casos com participação de agentes não estatais, que envolvem cidadãos identificados, pessoas públicas, manifestantes e apoiadores de políticos, torcedores de times esportivos e até outros profissionais da imprensa. Em 81 casos, os agressores não foram identificados, o que incluiu ataques em massa feitos por internautas, hackers e redes de trolls.

Dentre os quatro principais agressores, destacam o presidente Jair Bolsonaro e dois de seus filhos com mandatos eletivos.

Nome	Nº de ataques
Jair Bolsonaro	89
Carlos Bolsonaro	72
Eduardo Bolsonaro	64
Internautas	34

Tipos de agressores



- 68,9%** Estatais
- 16,3%** Não identificados
- 14,5%** Não estatais
- 0,4%** Paraestatais

Expandindo a observação para todos os agressores que estão ligados a Jair Bolsonaro ou são seus apoiadores, descobre-se uma proporção de, aproximadamente, 60% do total de casos. Isso representa 271 ataques, compreendendo atores como o próprio presidente, seus filhos que ocupam cargos políticos, ministros do governo federal, assessores presidenciais, pessoas ligadas à família Bolsonaro, além de apoiadores e manifestantes bolsonaristas.

Esse número mostra que o presidente não só ataca sistematicamente a imprensa como inimiga principal de seu governo, mas estimula que outros façam o mesmo. Isso vale para agentes estatais que o apoiam, mas também para cidadãos comuns – agentes não estatais que servem como amplificadores da perseguição contra os meios de comunicação e seus profissionais. Com isso, mais da metade dos ataques tem o governo federal como principal beneficiário das violações contra a liberdade de imprensa.

ALVOS

Os alvos dos ataques foram, majoritariamente, meios de comunicação (221 casos, 48,8% do total) e repórteres e analistas de veículos midiáticos (198 casos, 43,7% do total). Entre os casos com alvos categorizados como meios, 130 envolveram a imprensa de modo geral, que foi atacada de maneira generalizada, especialmente por atores políticos como o presidente Jair Bolsonaro, seus aliados e filhos ocupantes de cargos públicos. As críticas, insultos e ameaças à imprensa brasileira representaram 58,8% dos ataques cujos alvos são meios de comunicação e 28,7% dos casos totais de agressões registrados em 2021. Nesses episódios, o jornalismo feito no país foi descredibilizado, acusado de propagar mentiras, ser parcial e conspirar contra o governo Bolsonaro.

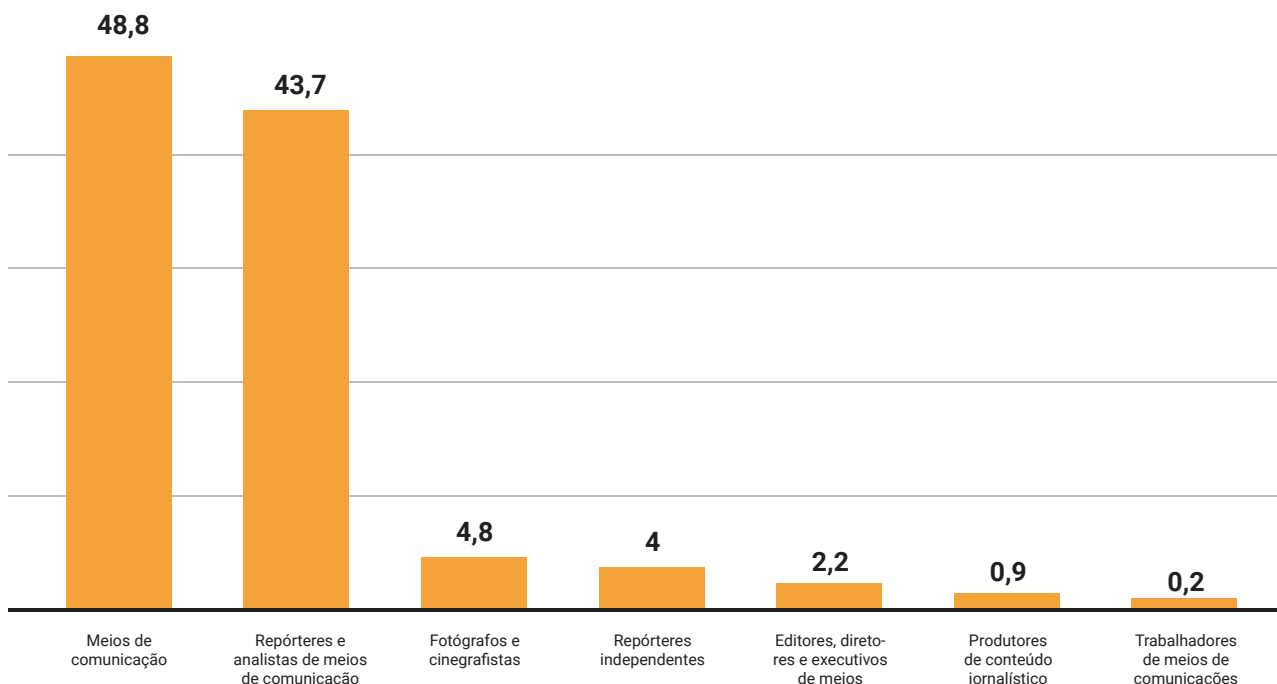
Nas situações em que as vítimas das agressões foram indivíduos (253 casos), registrou-se seu gênero e sua faixa de idade para possibilitar a identificação de um perfil geral das vítimas. A primeira variável, focada no gênero, mostrou que homens e mulheres sofreram um volume aproximado de ataques ao longo do ano: 120 casos registrados tiveram homens

como vítimas, representando 26,5% do total de alertas, e 109 episódios vitimaram mulheres, sendo 24% do todo.

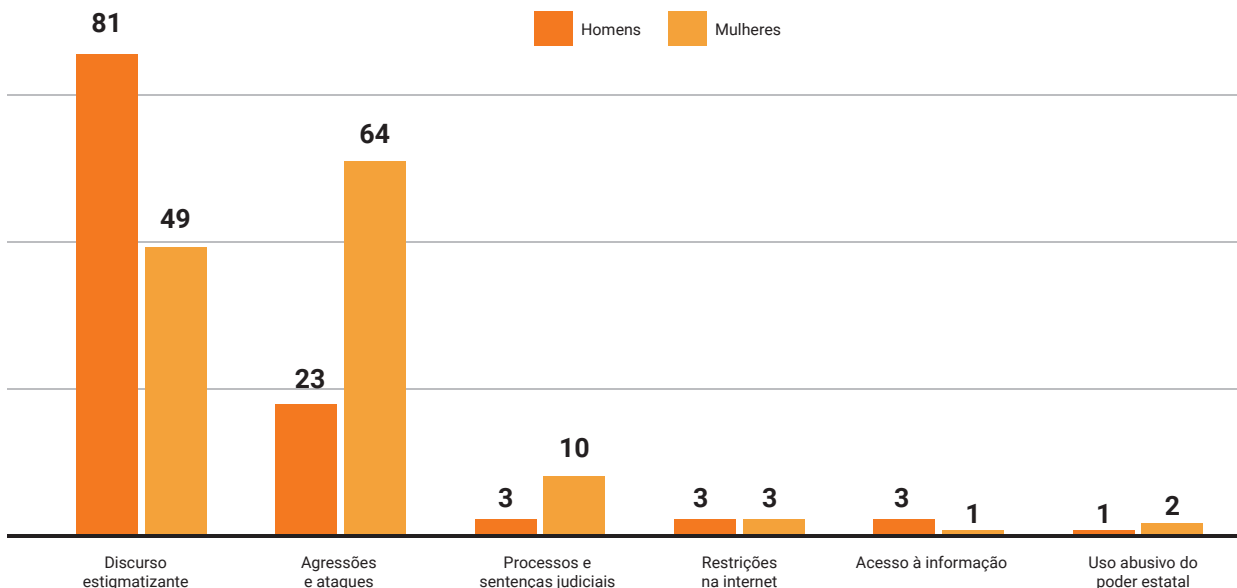
Contudo, os ataques a homens e mulheres não foram realizados da mesma maneira. As agressões seguiram padrões diferentes e, para elas, a violência recebeu, frequentemente, uma carga de misoginia e machismo. Por isso, entre os episódios que vitimaram as mulheres, 74,3% envolveram discursos estigmatizantes. Para os homens, esse valor foi mais baixo: 40,8%. Considerando os casos totais, elas foram alvo de 24% dos ataques com esse tipo de agressão; eles, de 14,5%.

Os homens foram os principais alvos da categoria “agressões e ataques”, que representou 53,3% dos casos cujas vítimas foram eles – contra 21,1% dos ataques contra elas. Outro tipo de agressão que apresentou uma diferença considerável entre os gêneros foram os processos e sentenças judiciais. Ao longo de 2021, essa classe representou 8,3% das situações de violência que atingiram os homens e 2,5% das que alcançaram as mulheres.

Tipos de alvos (%)



Agressões por sexo da vítima

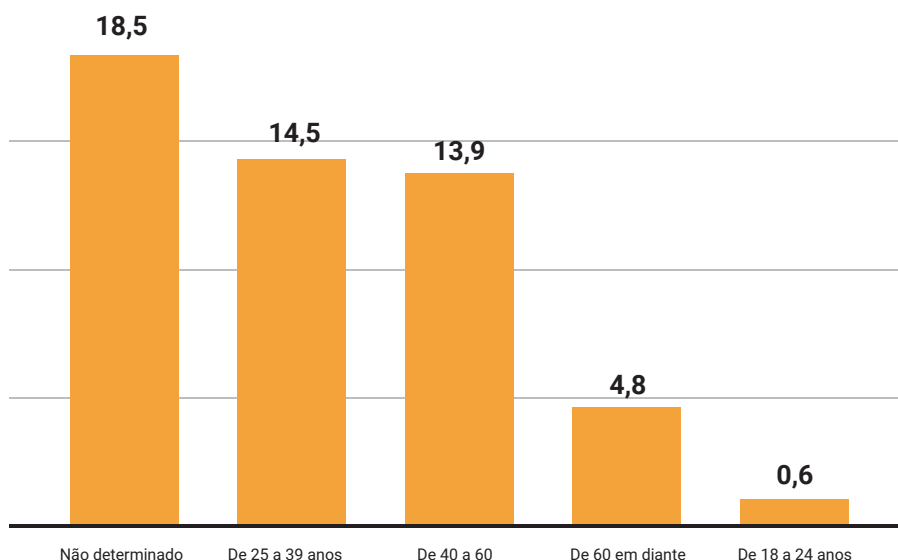


Para a idade, a distribuição se deu de maneira mais desigual. A maior parte das vítimas com idades identificadas está nos anos intermediários de carreira, na faixa dos 25 aos 39 (14,5% do total de alertas). Os profissionais de 40 a 60 anos formam o segundo grupo mais atacado (13,9% dos casos). Essa configuração espelha o quadro geral encontrado no mercado de trabalho. Jornalistas e comunicadores nessas faixas etárias representam a maioria dos profissionais da comunicação no Brasil. Além disso, esses grupos comportam a grande maioria dos jornalistas em topo de car-

reira, que têm mais visibilidade e, conseqüentemente, estão mais expostos aos ataques. É importante pontuar que, em 18,5% dos casos, não foi possível identificar a idade das vítimas. Por isso, parte dos dados foi catalogada como “não determinada”.

Por fim, profissionais do Grupo Globo foram os mais atacados em 2021; estiveram envolvidos em 75 casos. Em seguida, vêm funcionários da Folha de S.Paulo (45), da CNN Brasil (22) e do Metrôpoles (12). Do total de ataques, 12 tiveram jornalistas freelancers entre suas vítimas.

Faixa etária das vítimas (%)



Casos emblemáticos

Ao longo de 2021, diversos ataques contra jornalistas e comunicadores se estabeleceram como exemplos da violência que esses profissionais sofrem no cotidiano de seu trabalho. Tais casos se tornaram emblemáticos e analisá-los é um passo para compreender o quadro de agressões que marcou o Brasil no ano.

Agressões físicas no contexto de manifestações

Setembro foi um dos períodos com mais episódios de agressões em 2021. Muitos dos ataques que ocorreram no mês estiveram ligados à cobertura das manifestações em favor do presidente Jair Bolsonaro, convocadas pelo próprio governante e por seus aliados³. As passeatas foram realizadas em diferentes cidades durante as comemorações do dia 7, Independência do Brasil. Foram 9 alertas somente nesta data: 7 envolvendo “agressões e ataques” e 2 classificados como “discurso estigmatizante”. Os casos se passaram em Brasília (DF), São Paulo (SP), Manaus (AM), Lucas do Rio Verde (MT) e no ambiente on-line. Os principais agressores foram manifestantes bolsonaristas e internautas. A deputada federal Carla Zambelli (União-SP) também é apontada como autora de um ataque que envolveu discursos estigmatizantes contra a imprensa em seu perfil no Twitter. Entre os profissionais vitimados no dia 7 de setembro, há 11 jornalistas e 4 fotojornalistas.

Contudo, o contexto das manifestações gerou ataques que extrapolaram o dia do evento e envolveram diferentes agressores. Foi o que aconteceu com Tania Morales, jornalista da rádio CBN, vítima de discursos estigmatizantes em 30 de agosto e 2 de setembro. Morales sofreu ataques por parte de Jair Bolsonaro e apoiadores, como o empresário Luciano Hang e o deputado federal Carlos Jordy, por comen-

³ Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/manifestantes-atacam-ao-menos-cinco-equipes-de-imprensa-no-7-de-setembro>

tar a possibilidade de manifestantes irem às ruas armados e exibirem comportamentos violentos durante as passeatas de 7 de setembro.

Para além de setembro, também houve ataques a profissionais da imprensa na cobertura de manifestações realizadas em outros meses do ano. Em 3 de julho, por exemplo, quatro fotojornalistas denunciaram a violência sofrida no ato contra o presidente Bolsonaro em São Paulo⁴. Eles foram alvos de um policial militar e de seguranças da ViaQuatro, empresa responsável pela operação e manutenção de uma das linhas de metrô da capital paulista, que os agrediram fisicamente e destruíram seus equipamentos. Meses antes, nos dias 14 e 15 de março, dois fotojornalistas foram agredidos fisicamente em Belo Horizonte (MG) e em Goiânia (GO), enquanto cobriam manifestações de apoiadores de Jair Bolsonaro e atos contra medidas de distanciamento social para enfrentar a pandemia de Covid-19⁵.

Ataques feitos por Jair Bolsonaro

Como dados do monitoramento já revelaram, esses episódios não foram, de maneira alguma, os únicos casos de agressão envolvendo o presidente, seus familiares, apoiadores e integrantes da base aliada. Jair Bolsonaro está entre os principais agressores identificados pelo monitoramento, ao lado de seus filhos Carlos Bolsonaro, vereador (Republicanos-RJ), e Eduardo Bolsonaro, deputado federal (União-SP). Eles estão envolvidos em 89, 72 e 64 ataques, respectivamente.

Em janeiro, durante um evento fechado em uma churrascaria de Brasília, Bolsonaro usou

⁴ Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/fotojornalistas-denunciam-agressoes-ao-cobrir-atos-contra-bolsonaro>

⁵ Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-cobra-apuracao-de-agressoes-a-fotojornalista-de-mg> e <https://www.abraji.org.br/noticias/reporteres-sao-alvos-de-novos-ataques-em-goias-e-na-bahia>

palavras de baixo calão para reclamar da cobertura midiática sobre gastos públicos com alimentos e bebidas. O encontro reuniu artistas e servidores públicos, que aplaudiram a atitude do presidente de mandar a imprensa brasileira para a “puta que pariu”⁶. Em fevereiro, o presidente gravou um vídeo no qual critica o Facebook, defende uma lei para aumentar a taxa de redes sociais no Brasil e acusa grandes jornais brasileiros de produzir fake news. Como solução para o suposto problema, ele sugere tirar de circulação veículos como O Globo, Folha de S.Paulo e Estadão⁷.

Em abril, ao participar de um evento de inauguração na Bahia, Jair Bolsonaro chamou uma repórter de “idiota” por ter sido questionado sobre uma foto divulgada pelo Palácio do Planalto, na qual o presidente aparece sem máscara nos bastidores de um programa de TV. A jornalista se pronunciou sobre o episódio: “Em mais de 15 anos de profissão, entrevistei

⁶ Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-repudia-ataque-chulo-de-bolsonaro-ao-trabalho-da-imprensa>

⁷ Disponível em: <https://www.abraji.org.br/ameacar-tirar-de-circulacao-jornais-e-proprio-de-autocratas-e-ditadores>

presidentes, governadores e prefeitos de diversos partidos. Sempre fiz perguntas que, no máximo, geraram cara feia. Ele tinha o direito de não responder, mas jamais de me atacar”⁸.

Ao longo de 2021, outros ataques realizados por Bolsonaro ganharam destaque. Em junho, o governante ofendeu Daniela Lima, apresentadora da CNN Brasil, chamando-a de “quadripé” durante entrevistas em frente ao Palácio da Alvorada⁹. No mesmo mês, após um evento realizado no interior de São Paulo, irritou-se com uma pergunta feita pela repórter Laurene Santos, da TV Vanguarda. Exaltado, Bolsonaro mandou Santos calar a boca e, sem máscara, ofendeu a profissional e a imprensa brasileira como um todo: “Vocês são uma porcaria de imprensa! Cala a boca, vocês são uns canalhas! Vocês fazem um jornalismo canalha que não ajuda em nada”¹⁰.

⁸ Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-condena-ataque-verbal-de-bolsonaro-a-jornalista-da-tv-aratu-ba>

⁹ Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/abraji-repudia-ataques-de-bolsonaro-a-mais-uma-mulher-jornalista>

¹⁰ Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/abraji-condena-ataque-de-bolsonaro-a-imprensa-e-a-democracia>



Agressões físicas e atentados

No mês de outubro, seguranças e apoiadores de Jair Bolsonaro agrediram e intimidaram ao menos cinco equipes de reportagem brasileiras que cobriam a visita do presidente a Roma, na Itália. O governante estava no país para participar da reunião do G20. As agressões ocorreram nas proximidades da embaixada brasileira¹¹. A equipe de segurança da presidência também agrediu e ameaçou jornalistas em dezembro, durante visita do presidente a uma região atingida por fortes chuvas no sul da Bahia. No episódio, uma das repórteres foi agarrada pelo pescoço¹².

Outras agressões físicas contra profissionais da imprensa foram identificadas em diferentes momentos do ano. Em 2 de junho, seguranças do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), agrediram um repórter da redação integrada dos jornais O Globo e Extra. O jornalista foi empurrado, agarrado pelo pescoço e forçado a se retirar do local¹³. Três dias depois, em 5 de junho, um repórter fotográfico de Bragança Paulista, interior de São Paulo, foi agredido durante a cobertura de uma denúncia de aglomeração na cidade. O autor da agressão era promotor de eventos e assessor comissionado da prefeitura¹⁴.

Em julho, um repórter da Rede Amazônica, afiliada da Globo, foi agredido e ameaçado pelo ex-prefeito de Humaitá, cidade a 700 quilômetros de Manaus. O agressor também apreendeu indevidamente e danificou o equipamento de trabalho do jornalista¹⁵. A situação é um exemplo não só do quadro de violências físicas às quais os comunicadores brasileiros foram submetidos, mas da participação ativa de agentes que estão ou estiveram ligados ao

Estado brasileiro, em seus diferentes estratos. Meios de comunicação também foram atacados como retaliação ao trabalho jornalístico. Em março de 2021, por exemplo, a sede do jornal Folha da Região, em Olímpia, norte de São Paulo, sofreu um incêndio. Na época, a polícia levantou a possibilidade de ser um ato criminoso, resposta ao posicionamento do veículo em defesa de medidas científicas e legais para enfrentar a pandemia¹⁶.

Ameaças

As agressões consumadas, no entanto, não foram as únicas formas de violência utilizadas para calar jornalistas e imprensa. As ameaças também fizeram parte do cenário de ataques em 2021. Em abril, Diego Santos, que comanda um programa televisivo em Roraima, no qual denuncia irregularidades do poder público e facções criminosas do estado, recebeu duas balas de calibre 380 pela caixa de correio de sua casa. A ameaça foi acompanhada de uma mensagem, escrita no envelope que carregava a munição: “A medida exata para silenciar qualquer denúncia”¹⁷.

O repórter Bruno Wendel, da Bahia, também passou por intimidações após publicar, em maio, uma matéria sobre a morte de um soldado da Polícia Militar suspeito de participar de extorsões e assassinatos. Wendel recebeu mensagens ameaçadoras e ligações anônimas dizendo que “uma situação que se iniciou com sangue não precisava terminar com mais sangue”¹⁸. Em setembro, o jornalista Alexandre Aprá, fundador do site independente Isso É Notícia, de Cuiabá, deixou o Mato Grosso temendo por sua integridade física, depois de receber mensagens ameaçadoras por conta de reportagens sobre um suposto esquema de corrupção no governo estadual¹⁹.

¹¹ Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/abraji-repudia-agressao-a-jornalistas-brasileiros-em-roma>

¹² Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-repudia-agressao-de-seguranças-da-presidência-a-jornalistas-na-bahia>

¹³ Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/abraji-exorta-governador-do-rio-a-punir-agressores-de-reporter>

¹⁴ Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/foto-jornalista-e-agredido-em-braganca-paulista-sp>

¹⁵ Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-repudia-segundo-ataque-a-equipe-da-rede-amazonica-em-menos-de-um-mes>

¹⁶ Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/pocia-investiga-se-incendio-a-jornal-em-olimpia-sp-foi-ato-criminoso>

¹⁷ Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/apresentador-sofre-ameaca-de-morte-em-roraima>

¹⁸ Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-condena-ataques-e-ameacas-a-reporter-do-correio-ba>

¹⁹ Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/jornalista-de-cuiaba-deixa-mato-grosso-apos-ameaca>

Processos judiciais

Apesar de não terem sido numerosos neste monitoramento realizado em 2021²⁰, os processos judiciais com o objetivo de censurar jornalistas e meios de comunicação são preocupantes e precisam ser considerados quando o tema é liberdade de imprensa. Ao longo do ano, foram 9 (4,2%) casos de processos e sentenças judiciais. Entre os alvos, estiveram o jornal O Globo²¹, a revista piauí²², a organização e mídia digital Repórter Brasil²³ e a RBS

²⁰ A categoria de processos e sentenças judiciais registrada neste monitoramento não representa o total de ações judiciais contra jornalistas e meios de comunicação ao longo do ano, visto que são registrados como alertas somente casos emblemáticos que são noticiados e repudiados como uma clara tentativa de restringir o trabalho da imprensa.

²¹ Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/abraji-repudia-censura-ao-jornal-o-globo> e <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-repudia-censura-de-juiz-do-amazonas-ao-jornal-o-globo>

²² Disponível em: <http://www.vocesdelsurunidas.org/incidentes/abraji-repudia-la-censura-a-la-revista-piau/>

²³ Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-repudia-censura-imposta-a-reporter-brasil>

TV, afiliada da Globo no Rio Grande do Sul²⁴. Em junho, divulgou-se o fato de que o editor-executivo do Intercept Brasil, Leandro Demori, é alvo de um inquérito policial por ter publicado informações sobre a suposta existência de um grupo de extermínio na Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil do Rio de Janeiro²⁵.

Em dezembro, a repórter Geisy Garnes, de Campo Grande, foi intimada pela Corregedoria da Polícia Civil do Mato Grosso do Sul a prestar depoimento sobre uma reportagem que revelou um diálogo comprometedor entre dois delegados de polícia do estado. Foi pedido que a jornalista entregasse a gravação usada na matéria – algo preocupante, já que o direito ao sigilo da fonte é um preceito constitucional brasileiro, previsto no inciso XIV, do Art. 5º²⁶.

²⁴ Disponível em: <https://www.abraji.org.br/abraji-condena-censura-previa-a-rbs>

²⁵ Disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-questiona-abertura-de-inquerito-para-investigar-jornalista-do-intercept-brasil>

²⁶ Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/abraji-repudia-tentativa-de-quebrar-sigilo-de-fonte>



Conclusões e recomendações

Os dados apresentados neste relatório corroboram uma percepção compartilhada entre comunicadores brasileiros de que há um crescimento continuado da violência contra jornalistas no país. O aumento de 23,4% entre 2020 e 2021 é produto de um cenário político e social polarizado, inflamado por discursos anti-mídia que são propagados por atores políticos, incluindo o próprio presidente da República. Os números são claros ao mostrar que 68,9% das agressões partiram de agentes estatais e que Jair Bolsonaro, ao lado de seus filhos que ocupam cargos eletivos, despontou como o principal agressor no ano passado. O que se vive é uma política de descrédito da imprensa e de seus profissionais. Com o processo de descrédito do jornalismo, que tem o papel de ser um fiscalizador do poder público, é enfraquecida, também, a democracia.

Entre os casos registrados em 2021, quase três quartos (74,6%) envolveram discursos estigmatizantes, usados para minar a credibilidade de jornalistas e meios de comunicação. Esses ataques verbais se tornam ainda mais perigosos considerando-se o atual contexto brasileiro: quase um terço (30,1%) da população confia pouco ou nada nas organizações midiáticas, segundo dados do Latin American Public Opinion Project (LAPOP), da Universidade Vanderbilt (EUA)²⁷. Nessa conjuntura, ofensas e acusações contra comunicadores deixam de ser agressões individuais e se tornam investidas contra a prática jornalística como um todo, especialmente

²⁷ Os dados são da onda de 2019, a mais recente com uma pergunta sobre confiança midiática. A porcentagem considera os valores alocados nos pontos 1, 2 e 3 da escala de confiança que vai até 7, para a qual 1 é nada e 7 é muito.



quando são proferidas e incentivadas por figuras proeminentes no cenário político nacional. Os dados aqui levantados indicam uma tentativa de construir a imprensa brasileira como inimiga da população, tática que, frequentemente, instrumentaliza conceitos como fake news, parcialidade e militância para prejudicar o jornalismo e os jornalistas do país.

O aumento de episódios com discursos estigmatizantes ao longo dos anos, que entre 2019 e 2021 foi de 47,3%, se dá, em partes, por uma mudança metodológica do monitoramento, que ampliou seu entendimento da categoria e passou a incluir mais agressões sob essa definição. Mas, para além disso, pode-se dizer que o isolamento social devido à pandemia de Covid-19 contribuiu, em alguma medida, para esse crescimento. Com menos eventos presenciais e com a definição do trabalho remoto para muitas categorias, incluindo a dos jornalistas, grande parte das dinâmicas sociais se estabeleceu no ambiente on-line. Como um produto disso e do uso cada vez mais intenso das redes sociais pela população brasileira, 62,5% dos ataques registrados ocorreram no espaço virtual – 95,4% deles eram discursos estigmatizantes.

O dado sobre agressões na internet é indicativo da necessidade de uma atuação mais efetiva das plataformas digitais no combate à violência contra jornalistas. É essencial que sejam implementadas medidas de supressão dos ataques e de responsabilização dos agressores, que não podem ser beneficiados pelas facilidades e pelo anonimato alcançados com a tecnologia para ferir a liberdade de imprensa. A violência on-line gera danos psicológicos, morais, profissionais e, por vezes, até físicos às vítimas. As plataformas de redes sociais e as companhias que atuam por trás delas precisam assumir políticas mais incisivas de enfrentamento ao problema, apostando na moderação de seus conteúdos ao levar em conta questões de igualdade de gênero e direitos humanos e treinando seus profissionais para tanto.

Outro resultado do monitoramento que merece atenção é o aumento de quase 80% nos casos que vitimaram mulheres em 2021. Além disso, quase 10% dos ataques gerais envolveram questões de gênero, com o uso da sexualidade,

orientação sexual ou identidade de gênero para agredir. Mais uma vez, o salto nos dados pode ser justificado por uma mudança de metodologia. No ano passado, a Abraji desenvolveu, paralelamente a este estudo, um monitoramento da violência de gênero contra profissionais da imprensa no Brasil. Um olhar mais atento para as agressões que atingiram mulheres jornalistas, cis ou trans, e comunicadores de modo geral, quando envolveram gênero ou sexualidade, certamente contribuiu para o registro de mais ataques desse tipo.

De qualquer maneira, o quadro de agressões contra profissionais mulheres é alarmante. Elas são as principais vítimas de discursos estigmatizantes – muitos dos quais contêm traços explícitos de misoginia. No dia a dia profissional, sofrem ataques frequentes por sua aparência, posicionamentos, habilidades e questões que envolvem suas vidas pessoais, principalmente quando cobrem assuntos políticos. Entre as agressões na internet, mais da metade (64,4%) dos casos com vítimas individuais e identificáveis têm mulheres como alvos. Esses números denunciam um machismo estrutural arraigado na sociedade, que torna o trabalho jornalístico ainda mais desafiador para as jornalistas.

Como a política é o tema que mais gera ataques contra profissionais da imprensa, há preocupação com o período eleitoral que está por vir. As eleições de 2022 podem agravar o cenário de violências registrado neste relatório, principalmente na atual situação brasileira, polarizada e marcada por muita desconfiança nas instituições políticas e nos próprios meios de comunicação.

É preciso observar atentamente os casos de agressões físicas, ameaças e atentados que atingem profissionais de pequenas cidades e do interior do país. Nessas localidades, devido a traços como o coronelismo e a pressão política, as tentativas de censura são ainda maiores, resultando em agressões graves que, muitas vezes, não chegam ao conhecimento público. Fazer valer a liberdade de imprensa em todas as partes do território e para todos os jornalistas – sejam homens ou mulheres, cis ou trans, ou pessoas não-binárias – é um dever do poder público, com a fiscalização da sociedade civil.

Diante disso, a Abraji recomenda:

Para os jornalistas:

Usar ferramentas de trabalho seguras e encriptadas, separar contas pessoais e profissionais, apagar informações pessoais em sites e denunciar os ataques às autoridades e à organização em que trabalha, a fim de não normalizar este tipo de violência, buscando mecanismos de proteção;

Para os meios de comunicação:

Apoiar seus profissionais, contratados ou freelancers, em situações de ataque, oferecendo medidas de proteção e suporte, como treinamentos sobre segurança digital e orientação jurídica. Também é essencial acolher e incentivar denúncias. Ações como essas são importantes para preservar a integridade dos jornalistas e evitar a autocensura no dia a dia do trabalho;

Para as plataformas de redes sociais:

Investir em processos de identificação e controle de conteúdos agressivos, além de revisar continuamente suas políticas e algoritmos de moderação para acompanhar a constante evolução da violência on-line. Jornalistas e outras vítimas de campanhas massivas e discursos de ódio devem ser respaldados por melhores políticas de denúncia e mitigação de ataques;

Para o poder público:

Criar novas políticas de proteção aos jornalistas e fortalecer as já existentes, como o Programa de Proteção para Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), apoiando, especialmente, o trabalho de profissionais locais que sofrem com ameaças e fortes pressões de agentes em postos de poder. O combate à impunidade nos crimes contra jornalistas também é dever dos agentes estatais que devem investigar com celeridade e imparcialidade e tomar as medidas cabíveis. É urgente que agentes públicos e principalmente políticos sejam responsabilizados pelas agressões contra jornalistas.

É importante frisar que mudanças institucionais são mais efetivas do que medidas individuais e organizacionais. A responsabilidade de transformar o quadro de violência contra jornalistas é, em parte, dos meios de comunicação, mas, sobretudo, do Estado e da sociedade.



(Reprodução: Marlon Marinho/Pexels)

A B R Λ J I

abraji.org.br

